

01/03/03 - Índio brasileiro, fantoche de jogo de interesses.

Bruno Engert Rizzo

No mundo inteiro ainda existem etnias e tribos primitivas. Somente os brasileiros são especiais, pois conseguiram que lhes outorgassem imensos latifúndios, coincidentemente assentes sobre jazidas de minerais estratégicos ou raros.

Para tal foi criada uma fantasia através da qual se procurou dar legitimidade a uma verdadeira sabotagem.

Que o povo desinformado aceitasse toda uma argumentação devidamente mascarada por pseudo-indianistas e antropólogos, é perfeitamente compreensível, principalmente pelo fato de toda campanha ter sido feita com forte apelo emocional.

Entretanto, as decisões não são tomadas pelo povo e sim por seus representantes, que por obrigação deveriam zelar, acima de tudo por interesses nacionais.

Ministros, presidente, deputados e senadores, além de um imenso contingente de técnicos, não podem se permitir ser tão ingênuos e desinformados quanto o povo. Seja ingenuidade, seja má fé, o fato é que está em jogo um patrimônio nacional muitas vezes superior àquele que tanto se gritou que fora doado por ocasião das privatizações ocorridas num passado próximo.

A febre de demarcação de terras indígenas, nada mais é do que mero jogo de interesses. Na melhor das hipóteses apenas interesse comercial. Na hipótese mais provável, interesse em atrasar o desenvolvimento do Brasil ou pior, tentativa de criar uma reserva estratégica de recursos minerais que em breve serão escassos em todo planeta. Consta que as jazidas ainda não foram cubadas, porém já se sabe que ouro, cassiterita, diamante, nióbio, urânio e outros minerais são abundantes na região.

Um estudo da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, concluiu que somente as jazidas já descobertas na Amazônia estão avaliadas em três trilhões de dólares. Isso considerando preços aviltados como os vigentes no atual mercado internacional.

Levando em conta preços decentes e que o potencial total está longe de ser conhecido, teríamos na região riqueza mineral incalculável. Isso para não mencionar a avaliação da riqueza biológica, cuja valoração ainda é difícil.

A título de ilustração, examinemos o caso dos lanomânis, que é apenas um entre muitos.

Em novembro de 1995 o então presidente Fernando Collor anunciou a demarcação da reserva indígena lanomâni localizada num dos mais ricos sítios minerais do Brasil, situado no norte da Amazônia ocidental, junto à fronteira da Venezuela.

Toda área da reserva era superior a 9.000.000 ha e criava situação jurídica ambígua, pois fazia fronteira com a Venezuela desrespeitando inclusive a faixa de fronteira definida na Constituição. Nela foi assentado um número desconhecido de índios, estimado entre 6.000 e 9.000.

Na Venezuela, em área contígua o então presidente venezuelano Carlos Andrés Peres também criou uma reserva lanomâni, passando a fronteira a ficar dentro da reserva. Com isso a reserva ganhou status de bi-nacional.

Todo o processo foi orquestrado pela ONG britânica Survival International, além de outras organizações com apoio da ONU que promoveu a reserva a patrimônio da humanidade e legitimou o que denominou "cultura Inomâni".

Grupos internacionais chegaram a defender publicamente que a ONU deveria mandar tropas internacionais à Amazônia cumprir missões de vigilantes ambientais.

Para tal empreenderam grande campanha internacional da qual participaram antropólogos e indianistas que contaram com cobertura cinematográfica para convencer a todos, principalmente a nós brasileiros, da importância e beleza da preservação do índio em seu habitat para a humanidade e para os próprios índios.

Mas na realidade, por trás de todo teatro armado para convencer o povo, houve um pesado jogo de interesses anglo-americanos, no qual se empenharam diretamente o príncipe Charles, o presidente George Bush e tantos outros personagens de renome, todos ligados a Organizações não Governamentais, que por sua vez eram e são financiadas por oligarquias britânicas e americanas.

Infelizmente, fomos traídos por brasileiros que deveriam defender nosso patrimônio e nossa liberdade de dele dispor conforme nossa vontade ou necessidade.

Depois dessa reserva, muitas outras vêm sendo reivindicadas, demarcadas e homologadas e nossos governantes como que comprados e certos de impunidade, vêm criando reservas que são verdadeiros enclaves dentro do país. Atualmente, quase a metade da Amazônia está interdita ao uso e exploração.

Por uma razão incompreensível, ninguém se insurge contra esse ato que é um verdadeiro crime de lesa-pátria.

Numa conta fantasiosa, conseguiram arregimentar uma população indígena brasileira de 200.000 indivíduos. Ainda que não se questione esse número, o simples fato de 200.000 possuírem mais de 10% do território nacional é uma aberração que beira a imoralidade, principalmente quando existem nos centros urbanos brasileiros que não têm o que comer, muito menos onde habitar.

Não bastasse esse fato, é preciso lembrar que a tal nação indígena nunca existiu.

Existem sim, tribos indígenas, muitas delas nômades, com dialetos diversos que historicamente viviam em guerra com tribos rivais.

Os ianomâmis da mencionada reserva, por exemplo, são aproximadamente 6000 a 9000 subdivididos em 200 comunidades independentes entre si. São primitivos, violentos, sanguinários sem qualquer tipo de justiça institucionalizada. Segundo o antropólogo Napoleon Chagnon, pelo menos 44% dos homens com idade superior a 25 anos já participou de pelo menos um assassinato. Algumas comunidades ainda praticam canibalismo.

Por que esses indivíduos, brasileiros que são, estão acima da lei brasileira?

Porque manter uma parte da população tão segregada? Não seria isso um tipo de discriminação?

Essas e outras perguntas não encontram respostas de boa fé.

O fato é que o índio brasileiro ganhou status de cidadão com a promulgação da última constituição. Porém é um cidadão privilegiado, pois nasce latifundiário e tem inclusive permissão para matar, como ocorreu recentemente em episódio com garimpeiros.

Os aspectos folclóricos, a medicina e tantas outras nuances da rica cultura indígena devem ser preservados assim como o fizemos com os costumes de outras nacionalidades que foram integrados à cultura brasileira.

No restante, o índio necessita de um tratamento especial para, como cidadão brasileiro, se integrar à nação brasileira.

Se o pretexto da intervenção estrangeira de ajudar os índios fosse à verdadeira intenção, não teríamos índios cronicamente desnutridos ou morrendo de males inerentes à miséria e ao abandono em áreas onde não existem riquezas naturais.

É certo que remediar a atual situação não será fácil, pois cada vez mais as interdições se consolidam e com frequência cada vez maior, são proferidos discursos no sentido de internacionalizar a Amazônia.

Precisamos de uma vez por todas acabar com esse sentimento de culpa em relação a negros e índios, pois somos todos brasileiros e todos juntos devemos lutar contra a alienação ou interdição de nossas riquezas para buscar progresso e independência.

Comentários, críticas e sugestões: ofca@ofca.com.br

[O Futuro Começa Agora](#)